

ANEXO

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES 1976- 2006¹⁰²

ANO DE 1976

13 DE JANEIRO DE 1976 – O Presidente da República passa a ser eleito por sufrágio universal após conversações entre partidos e MFA. Aprovado na Assembleia Constituinte.

2 DE ABRIL DE 1976 – A Constituição é aprovada.

25 DE ABRIL DE 1976 – Realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia da República. O PS com 107 deputados é o vencedor, seguido do PPD com 73, do CDS com 42, do PCP com 40 e da UDP com 1.

4 DE MAIO 1976 – As eleições para a Presidência da República são marcadas para 27 de Junho.

14 DE MAIO 1976 – Ramalho Eanes é apresentado como candidato a presidente da República apoiado por PS, PPD, CDS, entre outros partidos.

27 DE JUNHO 1976 – Ramalho Eanes ganha com 61,6% à primeira volta, as eleições para a Presidência da República.

Otelo fica em 2º lugar com 16,52%, seguido de Pinheiro de Azevedo com 14,4%.

6 DE JULHO 1976 - Ramalho Eanes é proclamado pelo Supremo Tribunal de Justiça oficialmente o 14º Presidente da República. Foi eleito livremente.

14 DE JULHO 1976 – Ramalho Eanes é investido, na Assembleia da República, presidente da República.

23 DE JULHO 1976 – Mário Soares é empossado como o 1º ministro do I governo constitucional.

26 DE NOVEMBRO 1976 – Mário Soares é eleito vice-presidente da Internacional Socialista.

29 DE NOVEMBRO 1976 – A Assembleia da República ratifica a decisão do 1.º governo de Mário Soares solicitar a adesão de Portugal à CEE.

ANO DE 1977

6 DE DEZEMBRO 1977 - Não são possíveis as plataformas de acordo entre o governo e os partidos da oposição.

Mário Soares apresenta na Assembleia da República uma moção de confiança sobre 3 pontos:

Chefe de governo, a fórmula do governo, e as negociações com o FMI.

A moção é rejeitada, e o governo cai.

9 DE DEZEMBRO 1977 – O Presidente da República demite o governo.

10 DE DEZEMBRO 1977 – Eanes reúne com os partidos e pede a estes para apresentarem propostas para uma base programática de governo e da administração.

¹⁰² ANTÓNIO MOREIRA/ALCINO PEDROSA, As grandes datas da História de Portugal; ANTÓNIO COSTA PINTO, Portugal Contemporâneo; RUI RAMOS, História de Portugal; ANTÓNIO SIMÕES RODRIGUES, História de Portugal em datas, JOSÉ HERMANO SARAIVA, Diário da História.

28 DE DEZEMBRO 1977 – Mário Soares é indigitado para presidir ao II governo constitucional.

ANO DE 1978

23 DE JANEIRO 1978 – Toma posse o II Governo Constitucional, presidido por Mário Soares, resultante do acordo de incidência governamental e parlamentar entre PS e o CDS.

3 DE ABRIL 1978 – Sá Carneiro aumenta o tom das críticas ao presidente da República, Ramalho Eanes, afirmando que não volta à política activa «com esta Constituição e com este presidente».

6 DE ABRIL 1978 – Aprovação de um voto de protesto na Assembleia da República contra os ataques ao presidente da República.

21 DE ABRIL 1978 – O Conselho da Revolução condena os ataques ao presidente da República e à Constituição.

17 DE JULHO 1978 – Sá Carneiro sugere a formação de “um governo de salvação nacional” com a exclusão dos comunistas.

24 DE JULHO 1978 – Três ministros do CDS pedem a demissão. Freitas do Amaral Presidente do CDS denuncia unilateralmente o acordo de incidência governamental.

27 DE JULHO 1978 – O Presidente da República demite o governo alegando que deixara de existir a sua base política.

7 DE AGOSTO 1978 – O Presidente da República reconhece ter falhado a tentativa de acordo interpartidário para a solução da crise. Ao mesmo tempo era pressionado para assumir um maior protagonismo.

29 DE AGOSTO 1978 – O III Governo Constitucional (governo de iniciativa presidencial) eng. Nobre da Costa.

11 DE SETEMBRO 1978 – Inicia-se o debate na Assembleia da República sobre o programa do III governo constitucional.

O PS, PCP, CDS apresentam moção de rejeição.

As votações são feitas no dia 14, tendo sido aprovada a moção apresentada pelo PS com 141 votos a favor. Apenas o PSD e os deputados António Barreto e Medeiros Ferreira votam contra.

Cai assim o III governo constitucional de iniciativa presidencial.

25 DE OUTUBRO 1978 – O professor Mota Pinto é nomeado para formar o IV governo constitucional.

22 DE NOVEMBRO 1978 – Toma posse o IV governo constitucional, Mota Pinto.

ANO DE 1979

16 DE MARÇO 1979 – O PSD retira o seu apoio ao IV Governo Constitucional e propõe a realização de eleições antecipadas.

17 DE MARÇO 1979 – Ocorrem manifestações contra o Governo dirigido por Carlos Mota Pinto pedindo a sua dissolução. O presidente da República reafirma a sua confiança no governo.

4 DE ABRIL 1979 – Aprovação pela Assembleia da República do novo texto constitucional.

Um grupo de 37 deputados do PSD abandona o partido, mas mantém o seu assento parlamentar. Virão a constituir mais tarde a ADSI.

11 DE JUNHO 1979 – O Presidente da República exonera Mota Pinto após o seu pedido de demissão.

5 DE JULHO 1979 – É anunciada a formação da AD (Aliança Democrática) composta por PSD, CDS, PPM.

13 DE JULHO 1979 – O Presidente da República dissolve a Assembleia da República e convoca eleições intercalares o que acontece pela primeira vez desde 1974.

Maria Lurdes Pintassilgo é indigitada para o cargo de 1ª ministro do V governo constitucional.

1 DE AGOSTO 1979 – Toma posse o V governo constitucional, presidido por Maria de Lurdes Pintassilgo, único governo dirigido por uma mulher em Portugal. (Tem por especial função preparar as eleições legislativas intercalares)

2 DE AGOSTO 1979 – Os dirigentes da AD declaram que se opõem ao V governo constitucional.

13 DE AGOSTO 1979 – É apresentada na Assembleia da República o programa do V governo constitucional que será aprovado.

A moção de rejeição do PSD e CDS é derrotada.

16 DE SETEMBRO 1979 – AD vai apresentar listas conjuntas à Assembleia da República.

22 DE NOVEMBRO 1979 – O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Ministros em que são aprovadas medidas sociais e orientação económica para 1980.

2 DE DEZEMBRO 1979 – Realizam-se as eleições intercalares para a Assembleia da República com a AD a *conseguir a maioria absoluta com 42,5%* elegendo 128 deputados, seguida do PS com 27,3%. A APU obtém 18,8% e a UDP 2,2%.

9 DE SETEMBRO 1979 – Sá Carneiro admite um acordo parlamentar com o PS para votações que exijam maiorias de dois terços.

29 DE DEZEMBRO 1979 – O Presidente da República convida Sá Carneiro a formar governo.

ANO 1980

2 DE JANEIRO 1980 – O Presidente da República empossa o VI governo constitucional, o primeiro da responsabilidade da AD.

17 DE JANEIRO 1980 – O programa de governo é aprovado na Assembleia da República sendo as moções de confiança aprovadas por maioria.

Nas relações exteriores o governo defende uma mudança de política declaradamente pró-europeu e pró-ocidental.

O programa de governo prevê institucionalização do referendo e a alteração da Lei Eleitoral.

22 DE SETEMBRO 1980 – Sá Carneiro, ao fazer o balanço do seu governo, queixa-se da falta de apoio dos outros órgãos de soberania.

A AD apresenta um programa de revisão constitucional que pretende a diminuição dos poderes do Presidente da República, a extinção do Conselho de Revolução e a eliminação da lógica colectivista e estatizante da Constituição.

5 DE OUTUBRO 1980 – Nas eleições legislativas AD consegue nova maioria absoluta de deputados com 47,1% dos votos. A FRS 28%, a APU 16,9% e a UDP 1,4%.

Sá Carneiro em conferência de imprensa diz que a vitória da AD é uma clara derrota de Ramalho Eanes.

14 DE OUTUBRO 1980 – Ramalho Eanes diz que o eleitorado das Presidenciais era constituído por portugueses e não por partidos e que defendia um modelo de sociedade próximo da AD, demarcando-se do PS e PCP.

18 DE OUTUBRO 1980 - As eleições presidenciais são marcadas para o dia 7 de Dezembro. Mário Soares pretende retirar o apoio do seu partido ao general Ramalho Eanes, em virtude das declarações proferidas na conferência de imprensa por este. Como não conseguiu o apoio da comissão nacional auto-suspendeu-se das funções de secretário-geral.

19 DE NOVEMBRO 1980 – Inicia-se a discussão de uma moção de confiança pedida pelo governo. A moção virá a ser aprovado por maioria.

4 DE DEZEMBRO 1980 – Sá Carneiro e Amaro da Costa morrem num acidente de avião. O pequeno bimotor ao levantar voo embateu numa casa incendiando-se. Ambos se dirigiam para o Porto, onde iam participar num comício.

7 DE DEZEMBRO 1980 – Realizam-se eleições para a Presidência da República com a vitória à 1ª volta de Ramalho Eanes com 56% dos votos. Soares Carneiro o candidato da AD obtém 40%.

10 DE DEZEMBRO 1980 – Mário Soares retoma as funções de secretário-geral do PS.

13 DE DEZEMBRO 1980 – O Conselho Nacional do PSD elege Pinto Balsemão para presidente do partido e para as funções de 1º ministro.

22 DE DEZEMBRO 1980 – O Presidente da República indigita Pinto Balsemão para 1º ministro do VII governo constitucional.

ANO 1981

9 DE JANEIRO 1981 – O Presidente da República empossa a VII governo constitucional presidido por Pinto Balsemão.

22 DE JANEIRO 1981 – O governo apresenta uma moção de confiança na Assembleia da República aprovada por 133 votos contra 97.

16 DE FEVEREIRO 1981 – O Comité Central do PCP exige a demissão do governo e a realização de eleições intercalares para a Assembleia da República.

1 DE JULHO 1981 – A maioria da AD faz aprovar na Assembleia da República o estatuto dos deputados que virá a ser vetado pelo Presidente da República.

17 DE JULHO 1981 – A cimeira do AD renova o empenhamento e a unidade política dos partidos que compõem a aliança.

1 DE AGOSTO 1981 – Mário Soares manifesta-se contrário a eleições antecipadas. Pinto Balsemão endurece as suas críticas aos que comprometem a AD, no seu interior. Eurico de Melo e Cavaco Silva através de uma carta aberta aos militantes do PSD defende a demissão do 1º ministro.

O Comité Central do PCP insiste na demissão do governo.

20 DE AGOSTO 1981 – Pinto Balsemão aceita formar novo governo após ter obtido garantias do CDS e PPM.

4 DE SETEMBRO 1981 – O Presidente da República empossa o VIII governo constitucionai por Pinto Balsemão. É o 3º da responsabilidade da AD.

10 DE SETEMBRO 1981 – A AD pretende que a revisão constitucional seja realizada até 25 de Abril 1982.

18 DE SETEMBRO 1981 – A Assembleia da República aprova, por maioria, a moção de confiança apresentada pelo governo.

ANO 1982

9 DE JANEIRO 1982 – Mário Soares sublinha que a falta de diálogo do governo com as organizações sindicais está a aprovar a onda de greves.

26 DE FEVEREIRO 1982 – O PS apresenta uma moção de censura ao governo na Assembleia da República.

3 DE MARÇO 1982 – A moção de censura ao governo apresentada pelo PS começa a ser discutida. No dia seguinte é votada e rejeitada pela maioria.

29 DE ABRIL 1982 – O 1º ministro, os líderes da AD e Mário Soares discutem a revisão constitucional chegando a alguns consensos.

2 DE JUNHO 1982 – O PS suspende todas as relações políticas com o PCP por este ter apelado aos deputados socialistas para não obedecerem à disciplina de voto em relação à revisão constitucional.

O PS após a conclusão da revisão constitucional pede a dissolução da Assembleia da República e a queda do governo.

9 DE JUNHO 1982 – Iniciou-se o debate na Assembleia da República sobre a revisão constitucional.

11 DE JUNHO 1982 – Pinto Balsemão procede a uma remodelação ministerial. A cerimónia de posse dos novos membros do governo é marcada por discursos do Presidente da República e 1º ministro com análises políticas bastantes divergentes.

23 DE JUNHO 1982 – A Comissão Política do PS suspende Salgado Zenha do cargo de líder parlamentar do partido.

1 DE JULHO 1982 – O núcleo duro da oposição interna continua a ser formado por Eurico de Melo e Cavaco Silva, tornando público o pedido de demissão de Balsemão.

14 DE JULHO 1982 – A Assembleia da República aprova a extinção do Conselho da Revolução com os votos contra do PCP e MDP.

12 DE AGOSTO 1982 – A Assembleia da República aprova a revisão da constituição de 1976 por 195 votos a favor (PSD, CDS, PS, PPM, ASDI e UEDS) e 40 votos contra (PCP, UDP)

24 DE SETEMBRO 1982 – O Presidente da República promulga a Lei da Revisão Constitucional.

9 DE OUTUBRO 1982 – A Comissão Nacional do PS pede a demissão do governo e a dissolução da Assembleia da República. Trabalhadores de várias empresas exigem a demissão do governo.

28 DE OUTUBRO 1982 – O 1º ministro convida o Presidente da República a dirigir uma reunião do Conselho de Ministros após a entrada em vigor da revisão constitucional. O convite é declinado.

30 DE OUTUBRO 1982 – Entra em vigor a Lei da Revisão Constitucional.

O Presidente da República confere posse ao Conselho de Estado, o novo órgão constitucional com funções consultivas.

5 DE NOVEMBRO 1982 – O Presidente da República, numa comunicação ao país, analisa criticamente a revisão constitucional, particularmente a concentração de poderes nas mãos dos partidos.

6 DE DEZEMBRO 1982 – Na Assembleia da República o PCP interpela o governo sobre a política económica.

Um pouco por todo o lado assiste-se a manifestações de trabalhadores.

19 DE DEZEMBRO 1982 – Pinto Balsemão anuncia ao Conselho Nacional do PSD a intenção de se demitir do cargo do 1º ministro. No dia seguinte apresenta a sua demissão ao Presidente da República.

21 DE DEZEMBRO 1982 – Milhares de trabalhadores manifestam-se em Lisboa pedindo a dissolução da Assembleia da República.

23 DE DEZEMBRO 1982 – O Professor Mota Pinto recusa o convite de Balsemão para formar governo por não haver unidade dentro do PSD.

27 DE DEZEMBRO 1982 – A Comissão Política do PSD escolhe o professor Victor Crespo para chefiar o futuro executivo, perante as reservas do CDS.

29 DE DEZEMBRO 1982 – Ramalho Eanes reúne com o Conselho de Estado.

Freitas do Amaral pede a demissão de presidente do CDS.

31 DE DEZEMBRO 1982 – O CDS decide dar “apoio condicionado” a Victor Crespo para a chefia do 9º governo constitucional.

Lucas Pires assume a liderança do CDS.

ANO 1983

18 DE JANEIRO 1983 – O Presidente da República ouve o Conselho de Estado sobre a situação política. O Conselho decide por 8 votos contra 7 pela manutenção da actual Assembleia da República.

23 DE JANEIRO 1983 – O Presidente da República decide pela dissolução da Assembleia da República e convoca eleições antecipadas.

4 DE FEVEREIRO 1983 – O parlamento é dissolvido, sendo as eleições marcadas para o dia 25 de Abril.

A dissolução da Assembleia da República significa o fim do acordo PSD, CDS e PPM.

27 DE FEVEREIRO 1983 – Mota Pinto é o novo líder do PSD.

15 DE MARÇO 1983 – É apresentado em conferência de imprensa um manifesto “PARA UM APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA” subscrito por individualidades do mundo da cultura e da política.

25 DE ABRIL 1983 – Realizam-se as eleições para a Assembleia da República com a vitória do PS por maioria simples. A votação foi assim distribuída: PS 36,1%, PSD 27,2%, APU 18,1%, CDS 12,6%, a UDP perde o seu único deputado.

26 DE ABRIL 1983 – Balsemão pede ao Presidente da República para nomear novo governo no prazo de 30 dias. Mário Soares considera que a gravidade da crise nacional mostra não ser possível um governo minoritário.

27 DE MAIO 1983 – Mário Soares é indigitado pelo Presidente da República para formar governo.

31 DE MAIO 1983 – Inicia-se a 3ª Legislatura da Assembleia da República.

4 DE JUNHO 1983 – Mário Soares e Mota Pinto assinam um acordo político, parlamentar e de governo entre o PS e PSD.

9 DE JUNHO 1983 – O Presidente da República confere posse ao IX governo constitucional presidido por Mário Soares.

15 DE JUNHO 1983 – O PCP afirma em conferência de imprensa “firme oposição ao governo face à desastrosa política que anunciava”

ANO 1984

25 DE JANEIRO 1984 – Após divergência no debate de projectos sobre a interrupção voluntária da gravidez. As posições tomadas pelo PS na Assembleia da República provocam uma forte reacção do PSD, dizendo pela voz de Mota Pinto, que o PS “não respeitou a coligação”.

28 DE JANEIRO 1984 – A CGTP leva a efeito manifestações em várias localidades do país.

30 DE JANEIRO 1984 – O Comité Central do PCP defende a necessidade de demissão do governo o qual constitui um perigo para a democracia e a independência nacional.

30 DE MAIO 1984 – Depois de conversações com Mário Soares, e apesar de pressões exteriores, Mota Pinto anuncia que não haverá remodelação governamental mas apenas uma reestruturação governativa. Mário Soares afirma ir apresentar uma moção de confiança na Assembleia da República.

6 DE JUNHO 1984 – Na Assembleia da República debate-se a moção de confiança do governo que teve 161 votos a favor e 74 contra.

30 DE JUNHO 1984 – Os apoiantes da candidatura de Eanes em 1980, reunidos em Abrantes, concluem ser necessário criar uma nova força política que funcione como alternativa à actual coligação de poder.

14 DE NOVEMBRO 1984 – Mário Soares exige ao PSD uma posição clara sobre a coligação.

11 DE DEZEMBRO 1984 – Mário Soares e Mota Pinto assinam o protocolo de acordo político, parlamentar e de governo.

20 DE DEZEMBRO 1984 – A Assembleia da República rejeita uma moção de censura ao governo apresentado pelo CDS.

ANO 1985

5 DE FEVEREIRO 1985 – Mota Pinto demite-se do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD por considerar que o apoio é insuficiente.

10 DE FEVEREIRO 1985 – Rui Machete assume liderança PSD.

11 DE FEVEREIRO 1985 – Mário Soares e Rui Machete preparam a remodelação do executivo.

15 DE FEVEREIRO 1985 – O Presidente da República exonera a seu pedido Mota Pinto dos cargos de vice-1º ministro e de ministro da Defesa.

Na posse dos novos membros do governo Mário Soares anuncia que vai solicitar o voto de confiança na Assembleia da República.

23 DE FEVEREIRO 1985 - Nasce o PRD (Partido Renovador Democrático)

19 DE MAIO 1985 – O 12º Congresso do PSD decorre na Figueira da Foz e elege Cavaco Silva presidente da Comissão Política do Partido derrotando João Salgueiro.

28 DE MAIO 1985 – Cavaco diz que se houver entendimento com o PS e PSD estará no governo de corpo inteiro.

3 DE JUNHO 1985 – A direcção do PSD informa ao PS a sua intenção de interromper a coligação governamental, mas aceita prolongar o executivo por mais uns dias para assinar o acordo de adesão à CEE.

5 DE JUNHO 1985 – O Presidente da República manifesta a sua preocupação com a crise política agora desencadeada e começa a ouvir os partidos com representação parlamentar.

12 DE JUNHO 1985 – É realizada no Mosteiro dos Jerónimos a cerimónia de assinatura do acordo de adesão à CEE.

No dia seguinte: Os membros do governo filiados no PSD pedem demissão.

14 DE JUNHO 1985 – Cavaco Silva defende eleições antecipadas.

25 DE JUNHO 1985 – Mário Soares formaliza o seu pedido de demissão.

27 DE JUNHO 1985 – O Presidente da Assembleia decide dissolver a Assembleia da República.

12 DE JULHO 1985 – É dissolvida a Assembleia da República e fixada a data de 6 de Outubro para eleições.

27 DE JULHO 1985 – Na Convenção Nacional do PS é aprovado por unanimidade a decisão de Mário Soares concorrer às Presidenciais.

5 DE OUTUBRO 1985 – O PS em conferência de imprensa, responsabiliza o PSD pela crise política.

6 DE OUTUBRO 1985 – As eleições legislativas dão a vitória ao PSD com 29,8% dos votos, seguido do PS com 20,8%, o PRD com 18%, a APU com 15,6% e o CDS com 9,7%.

29 DE OUTUBRO 1985 – O Presidente da República indiga Cavaco Silva para formar governo.

6 DE OUTUBRO 1985 – O Presidente da República confere posse ao X governo constitucional, presidido por Cavaco Silva.

10 DE NOVEMBRO 1985 – O Conselho Nacional do CDS elege Adriano Moreira para presidente da Comissão Política.

12 DE NOVEMBRO 1985 – Salgado Zenha demite-se do PS.

19 DE NOVEMBRO 1985 – Na Assembleia da República começa o debate do Programa de Governo. São apresentadas três moções de rejeição que não conseguem inviabilizar o governo dado a abstenção do PRD e CDS.

24 DE NOVEMBRO 1985 – O PRD apoiará Salgado Zenha nas Presidenciais.

ANO 1986

26 DE JANEIRO 1986 – Decorre a 1ª volta das eleições presidenciais com os seguintes resultados: Freitas do Amaral - 46,3%, Mário Soares- 25,4%, Salgado Zenha- 20,9%, Maria Lurdes Pintassilgo- 7,4%.

Os dois candidatos mais votados disputam a 2ª volta no dia 16 de Fevereiro.

Mário Soares vencerá com 51,2% contra 48,8% de Freitas do Amaral.

27 DE MAIO 1986 – O congresso do PS elege Victor Constâncio seu secretário-geral.

15 DE SETEMBRO 1986 – Mário Soares inicia em Guimarães, berço da nacionalidade, a sua 1ª Presidência Aberta.

19 DE SETEMBRO 1986 – O general Ramalho Eanes assume a presidência do PRD.

ANO 1987

5 DE ABRIL 1987 – A aprovação de uma moção de censura proposta pelo PRD na Assembleia da República leva à queda do governo chefiado por Cavaco Silva. Contra a expectativa do povo.

28 DE ABRIL 1987 – O Presidente da República dissolve o parlamento e convoca eleições para dia 19 de Julho.

19 DE JULHO 1987 – Decorrem eleições legislativas para a Assembleia da República tendo o PSD obtido a primeira maioria absoluta depois do 25 de Abril com 50,2%. Os restantes partidos obtiveram os seguintes resultados: PS 23,3%, CDU (PCP+VERDE) 12,2 %, PRD 4,9% e CDS 4,3%.

ANO 1988

31 DE JANEIRO 1988 – Freitas do Amaral regressa à presidência do CDS.

29 DE MAIO 1988 – Herminio Martinho é eleito Presidente do PRD após demissão do general Ramalho Eanes.

27 DE MAIO 1988 – Victor Constâncio pede a demissão de secretário-geral do PS por desinteligências na condução do partido.

14 DE OUTUBRO 1988 – Os dirigentes do PS e PSD, os maiores partidos portugueses, estabelecem acordo para a viabilização da revisão constitucional.

ANO 1989

15 DE JANEIRO 1989 - O congresso do PS elege Jorge Sampaio secretário-geral.

21 DE ABRIL 1989 – O corpo de intervenção da PSP obriga a dispersar, no Terreiro do Paço, os seus camaradas que faziam uma manifestação de apoio à sua organização sindical, não autorizada pela legislação.

ANO 1990

5 DE MARÇO 1990 – O jornal *Público* inicia a sua actividade.

20 DE MAIO 1990 – Carlos Carvalhas é eleito secretário-geral do PCP no decorrer do 13º Congresso, substituindo a figura histórica de Álvaro Cunhal.

15 DE JUNHO 1990 – O general Ramalho Eanes abandona o PRD. No decorrer da convenção, Herminio Martinho regressa à presidência.

ANO 1991

13 DE JANEIRO 1991 – Mário Soares é reeleito com 70,4% dos votos, Basílio Horta com 14,2% é o candidato que se classifica a seguir.

6 DE OUTUBRO 1991 – O PSD é vencedor das eleições legislativas, renovando a maioria absoluta PSD 50,6%, PS 29,1%, CDU 8,8%, CDS 4,4%, PSN 1,7%.

31 DE OUTUBRO 1991 – Mário Soares dá posse ao XII governo chefiado por Cavaco Silva.

ANO 1992

23 DE FEVEREIRO 1992 - António Guterres é eleito, no Congresso do PS, secretário-geral.

22 DE MARÇO 1992 – O Congresso do CDS elege Manuel Monteiro.

12 DE JULHO 1992 – O governo acusa o Presidente da República de obstrução sistemática e inadmissível à sua acção.

5 DE DEZEMBRO 1992- O 14º Congresso do PCP elege Carlos Carvalhas secretário-geral. Álvaro Cunhal é eleito Presidente do Conselho Nacional.

ANO 1993

26 DE MARÇO 1993 – Uma grande manifestação de estudantes, professores e pais frente ao Ministério da Educação acaba com uma carga policial.

ANO 1994

23 DE SETEMBRO 1994- O Presidente da República considera os protestos na ponte como legítimas formas de indignação.

ANO 1995

7 DE FEVEREIRO 1995 – Jorge Sampaio anuncia a candidatura à Presidência da República.

1 DE MARÇO 1995 – António Guterres defende a dissolução da Assembleia da República.

6 DE MARÇO 1995- O Presidente da República não aceita a remodelação governamental, proposta por Cavaco Silva.

1 DE OUTUBRO 1995 – O PS é o partido mais votado das eleições legislativas, com 43%.

As eleições legislativas marcaram uma viragem do país à esquerda. Após dez anos de governos do PSD.

28 DE OUTUBRO 1995 – XIII governo constitucional PS António Guterres.

ANO 1996

14 DE JANEIRO 1996 – Jorge Sampaio é eleito presidente da República, com 53,83% dos votos.

9 DE MARÇO 1996 – Jorge Sampaio toma posse como Presidente da República.

ANO 1997

2 DE SETEMBRO 1997 – É aprovada nova revisão constitucional com votos a favor do PS e PSD e votos contra PCP, PP e do deputado socialista Manuel Alegre.

ANO 1998

19 DE ABRIL 1998 – Marcelo Rebelo de Sousa ganha com maioria absoluta o congresso do PSD, realizado em Tavira.

21 DE ABRIL 1998 – Paulo Portas, líder do PP, defende a constituição de uma alternativa democrática (coligação com o PSD).

ANO 1999

2 DE MAIO 1999 – Durão Barroso assume a liderança do PSD.

10 DE OUTUBRO 1999 – As eleições legislativas realizaram-se no calendário normal previsto na constituição, após o cumprimento das quatro anos de mandato da anterior legislatura.

Estas eleições tiveram uma particularidade: O PS alcançou o mesmo número de deputados que toda a oposição junta, ou seja, ficou a um deputado da maioria absoluta.

25 DE OUTUBRO 1999 – XIV Governo constitucional PS António Guterres.

ANO 2000

19 DE OUTUBRO 2000 – Jorge Sampaio apresenta a sua recandidatura à Presidência da República.

ANO 2001

14 DE JANEIRO 2001 – Jorge Sampaio é reeleito Presidente da República, com 55,8% dos votos.

16 DE DEZEMBRO 2001 - Vitória do PSD nas eleições autárquicas. O primeiro-ministro António Guterres pede a demissão.

O Presidente da República inicia o processo de dissolução da Assembleia da República

ANO 2002

17 DE MARÇO 2002 – O PSD ganha as eleições legislativas com 40,3% dos votos. Seguem-se-lhe PS, CDS, CDU e BE, respectivamente com 37,8, 8,7, 6,9 e 3,7% dos sufrágios.

6 DE ABRIL 2002 - XV Governo constitucional PSD Durão Barroso

ANO 2003

22 DE MARÇO 2003– Em Portugal, realizam-se várias manifestações contra a guerra no Iraque.

ANO 2004

17 DE JULHO 2004 - Santana Lopes toma posse como primeiro ministro no XVI Governo constitucional.

22 de DEZEMBRO 2004 - Dissolução da Assembleia da República

ANO 2005

20 DE FEVEREIRO 2005 - Eleições Legislativas dão a vitória ao PS por maioria absoluta. A primeira maioria absoluta do PS desde 1976. Distribuição dos mandatos: PS- 120, PSD- 72, PCP- 14, CDS-12, BE- 8.

XVIII Governo constitucional PS José Sócrates.

ANO 2006

10 DE MARÇO 2006 - Eleições Presidenciais, Cavaco Silva é eleito.